



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- E M E R J -

PROVA DE SELEÇÃO - CP I

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA  
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7 DE JUNHO DE 2009

## **I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

### 1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A Constituição assegura o desempenho da atividade econômica pela iniciativa privada e define os princípios que serão observados.

De acordo com as normas constitucionais em vigor, esclarecer quais são as formas de intervenção do Estado no desempenho da atividade econômica. **(máximo de 20 linhas)**

### 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em relação à ação popular, responda as seguintes questões:

- a) Possibilidade de ajuizamento por pessoa jurídica.
- b) Amplitude da intervenção do Ministério Público.
- c) Se há restrição quanto à possibilidade de concessão de liminar.

**(máximo de 20 linhas)**

## **II - DIREITO CIVIL**

### 1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Materiais de Construção BOA OBRA Ltda., sediada no bairro de Botafogo, através de seus sócios, recebe proposta do Banco Y, para cessão do ponto em que se encontra situada, por se encontrar em local valorizado do Município. O valor da proposta foi de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). O representante do banco argumenta com a necessidade de instalação de uma agência naquele bairro e que a localização é ideal, considerando a escassez de imóveis disponíveis para locação no referido bairro.

As tratativas prosseguiram, solicitando o representante do Banco Y que o local fosse entregue o mais rápido possível, fato este que levou os sócios de Materiais de Construção BOA OBRA Ltda. a procederem a liquidação do ativo da empresa. O Banco Y, inclusive enviou engenheiros ao local para procederem à vistoria no imóvel e respectivas medições para fins de consecução do objetivo de instalação da agência no local.

Em razão da expectativa gerada pelas negociações que, ao final, não restaram concretizadas, foram causados inúmeros prejuízos à empresa de materiais de construção, que teve suas atividades praticamente encerradas, na expectativa de concretização do negócio. É certo que o Banco Y chegou a enviar um fax para a empresa de materiais de construção confirmando a sua intenção de ali instalar uma agência, tendo posteriormente deixado de dar notícias.

O sócio da loja de materiais de construção, já desesperado, dirigiu-se à sede do Banco Y, quando conseguiu um encontro com um de seus diretores que textualmente afirmou que não havia, por parte do banco, mais nenhum interesse na concretização do negócio.

Considerando comprovadas as assertivas constantes da problematização, responda **em no máximo de 20 (vinte) linhas**:

- Há responsabilidade da instituição bancária relativamente à loja de materiais de construção?
- Em sendo positiva a resposta à pergunta anterior, a responsabilidade seria contratual ou extracontratual e qual o seu respectivo fundamento?

## 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

ANGÉLICA, mãe biológica de THAIS, entra com ação de anulação de registro de nascimento, cumulada com pedido de posse e guarda da filha biológica. Argumenta que, quando do nascimento de THAIS, por impossibilidade financeira e emocional de criar a filha, deixou-a com o casal ADRIANA e FÁBIO, que aceitaram a menina. O casal procedeu ao registro da menina como se filha dos mesmos fosse (adoção à brasileira).

Posteriormente, passados cerca de três anos do nascimento de THAIS, ANGÉLICA propôs a mencionada ação, pretendendo, além da anulação do registro, recuperar a posse e guarda de sua filha.

O processo teve longa tramitação, contando a menina atualmente com 09 anos de idade. Estes fatos não foram negados pelo casal-réu que, porém, argumentou que criou e cria THAIS como se filha legítima fosse, dando-lhe carinho e amor e que a menor se encontra perfeitamente adaptada à vida com o casal-réu, devendo a situação permanecer como está, solução que melhor servirá à menor.

O estudo social realizado nos autos confirma que THAIS é tratada pelos réus com muito amor e carinho e que tem muita afeição por ambos, não tendo, em contrapartida, nenhuma aproximação com a mãe biológica.

Decida a questão, fundamentadamente, **em no máximo de 20 (vinte) linhas**. Não precisa proferir sentença, basta que dê solução à questão, no sentido de reconhecer ou não o direito pleiteado pela autora ANGÉLICA, com base nas normas e princípios insculpidos no Código Civil.

## **III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### 1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

CAIO promove execução em face da Fazenda Pública. Esta, ao ser citada, observa que o magistrado é suspeito, nos moldes do art. 135, inciso I, CPC. Esta matéria, consistente na suspeição do magistrado, que é a única tese defensiva que a Fazenda Pública pretende apresentar, deve ser ventilada em sede de embargos à execução (art. 741, inciso VII, CPC) ou por meio de exceção (art. 742, CPC)? **(máximo de 20 linhas)**

## 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

CAIO promove demanda em face de TÍCIO. A sentença, que julgou improcedente o seu pedido, é confirmada pelo TJ-RJ em grau de apelação. Desta última decisão, CAIO interpõe recurso extraordinário, que foi recebido apenas no efeito devolutivo, em conformidade com o disposto no art. 542, par. 2º, CPC. Indaga-se:

- Qual a providência a ser adotada pelo demandante para obter o efeito suspensivo a este recurso extraordinário?
- E qual seria o órgão jurisdicional com competência para apreciar esta medida?

**(máximo de 20 linhas)**

## 3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Esclareça o que se entende por *exceptio male gesti processus* e indique a sua fonte normativa. **(máximo de 20 linhas)**

### **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

## 1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A falência é causa de dissolução judicial da sociedade empresária (arts. 1.044 do Código Civil e 206, II, da Lei 6.404/76) e, também, “visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa” ( art. 75, *caput* da Lei nº 11.101/05).

Há contradição entre os dispositivos ou é possível interpretá-los sistematicamente? Explique e dê razões de sua posição com amparo na Lei 11.101/05. **(máximo de 20 linhas)**

## 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A sociedade COMBRÁS PETRÓLEO E DERIVADOS S/A é acionista de uma companhia aberta e, simultaneamente, integra um acordo de acionistas com mais cinco outras pessoas jurídicas, dentre elas ALYON METAIS Ltda. Pelo acordo não se admite negociação de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, de emissão da companhia, sem antes haver oferta aos participantes e prazo de até 30 (trinta) dias para manifestação. Exaurido o prazo, se nenhum dos participantes quiser negociar as ações, deverão repartir entre si os custos da transação, *pro rata*.

COMBRÁS PETRÓLEO E DERIVADOS S/A formulou proposta para adquirir 50% da participação acionária de ALYON METAIS Ltda. na companhia aberta, que foi aceita. Todavia, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, outro acionista, não participante do acordo, ofereceu o triplo do preço pelas referidas ações. Esta proposta foi aceita e ALYON METAIS Ltda. comunicou aos demais acionistas que estava denunciando o acordo para se ver liberada para a venda das ações. Propôs, como compensação, pagar à COMBRÁS PETRÓLEO E DERIVADOS S/A 40% do valor oferecido por esta pelas ações.

COMBRÁS PETRÓLEO E DERIVADOS S/A ingressou em juízo com ação para impedir a venda e o subsequente registro da transferência das ações escriturais, com pedido de antecipação de tutela e, no mérito, de adjudicação das ações pelo valor da proposta.

Sendo certo que houve prestação de garantia por ALYON METAIS Ltda., antes do ajuizamento da ação, para assegurar o pagamento dos 40% oferecidos ao autor, pergunta-se:

- a) Você, na qualidade de magistrado (a), deferiria o pedido de antecipação de tutela? Fundamente com amparo legal.
- b) No mérito, julgaria procedente o pedido autoral? Fundamente com amparo legal.

**(máximo de 20 linhas)**

## **V - DIREITO PENAL**

### 1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Que figura ou figuras penais pode(m) ser invocada(s) nas seguintes situações:

- a. No auge de uma discussão entre duas pessoas, uma delas leva a mão ao bolso e a outra, supondo que aquela ia sacar uma arma, atira primeiro, mas depois se descobre que a vítima estava desarmada.
- b. Acreditando prender um condenado foragido, o policial detém e encarcera pessoa que depois se descobre ser homônima daquela.
- c. Vendo escolares atirar pedras noutro, o agente dá um tapa num deles, que pensava ser seu filho, mas depois descobre que o agredido era outro colega, usando o mesmo uniforme.

**(máximo de 20 linhas)**

### 2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

O que é imputabilidade, e qual o tratamento legal dado pelo Direito Penal às situações de sua incoerência? **(máximo de 20 linhas)**

### 3ª QUESTÃO ( 10 PONTOS)

Capitule o crime ou crimes que exsurge(m) da seguinte notícia de jornal, com relação às personagens envolvidas: **(máximo de 20 linhas)**

#### “PRESOS NO CAIXA DO BANCO”

“FABRICIANO e o adolescente G., de 16 anos, foram presos em flagrante quando tentavam sacar no caixa do Banco U. um cheque apócrifo no valor de R\$ 300,00.

Na 13ª DP, FABRICIANO historiou que seu amigo G. havia encontrado, na via pública, um talonário com oito cheques da correntista K. e, de comum acordo, FABRICIANO preencheu um deles, apondo o valor de R\$ 600,00, e assinando como se fosse a titular da conta. Dirigiram-se então para a agência Copacabana do Banco U., onde FABRICIANO o apresentou ao Caixa H, mas este, desconfiado com o nervosismo demonstrado pelos dois, solicitou a presença do segurança do estabelecimento bancário sendo a dupla então detida e desmascarada, confirmando que se tratava de um “golpe”.

O maior permaneceu preso. O adolescente foi encaminhado à Delegacia especializada.”

## **VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### 1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

A fundamentação da sentença se fez no sentido de que a prova oral colhida durante o inquérito policial, aliada ao fato de o réu não ter produzido qualquer prova de que não cometeu o crime que lhe foi imputado, autoriza um decreto condenatório. E, o réu foi condenado.

Diga se uma sentença assim concebida é compatível com os princípios regentes do Direito Processual Penal. Fundamente a sua resposta. **(máximo de 20 linhas)**

### 2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Na sentença condenatória do réu, que respondeu ao processo provisoriamente preso, o juiz registrou que mantinha a cautelar e que, por isso, recomendava o réu à prisão em que se encontra.

Explique de modo fundamentado se a prisão decorrente de tal sentença é legal, considerando que anteriormente o título de sua sustentação era um decreto de prisão preventiva de indubitosa legalidade. **(máximo de 20 linhas)**

### 3ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Explique se, apesar do disposto no art. 10 do Código de Processo Penal, é legalmente possível que um inquérito termine em 30 (trinta) dias, mesmo que o indiciado esteja preso. **(máximo de 20 linhas)**

## **VII - DIREITO DO CONSUMIDOR - QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)**

Em virtude de publicidade veiculada em jornais de grande circulação, em anúncios televisivos e em propaganda eletrônica, EDUARDO se dirigiu a determinada concessionária de automóveis para fins de adquirir o veículo divulgado pela montadora. A publicidade apresentava o automóvel identificando suas características, além de anunciar o prazo de três anos de garantia total e uma taxa de juros de 0% para compra financiada em doze ou menos parcelas.

Ao conversar com o vendedor, entretanto, EDUARDO foi esclarecido de que o preço do veículo seria bem menor se a taxa aplicada para o financiamento fosse a de mercado, ou seja, 1,48% ao mês. Diante dessas condições, EDUARDO resolveu adquirir o carro pelo preço menor indicado pelo vendedor, arcando, porém, com a taxa de juros de 1,48% ao mês.

Sete meses após a entrega do veículo, o mesmo apresentou um vício em uma peça da suspensão e EDUARDO o levou até a oficina de concessionária. Acontece que o funcionário que o atendeu afirmou que aquela peça não estava incluída na garantia e, diante da indignação de EDUARDO, mostrou-lhe o manual do proprietário, abrindo-o na página 79, na qual uma nota de rodapé mencionava que a dita peça, de fato, não estava incluída na garantia. Pergunta-se:

1. Considerando-se os princípios da autonomia da vontade e da obrigatoriedade (*pacta sunt servanda*), é possível EDUARDO questionar a inaplicabilidade da garantia àquela peça defeituosa da suspensão do veículo? Fundamente.
2. Poderia EDUARDO, após realizar a compra do veículo pelas condições pactuadas em relação aos juros do financiamento, questionar a aplicação dos juros de 1,48% ao mês, exigindo a incidência de taxa zero, conforme a publicidade veiculada, já que o parcelamento foi feito em doze vezes? Explique.
3. A responsabilidade pelo vício do produto perduraria um mês após o término da garantia convencional? Explique.

**(máximo de 20 linhas)**

## **VIII – LÍNGUA PORTUGUESA**

LEIA ATENTAMENTE OS TEXTOS QUE SE SEGUEM:

### **TEXTO 1**

#### **MOVIMENTO DESCARCARATÓRIO**

*A situação carcerária brasileira nos primórdios do século é caótica, todos estão cientes; as penas alternativas a cada dia aumentam o espectro de aplicação (princípio da salvação do inferno); quer para menores infratores, quer para adultos, o objetivo é encarcerar e evitar a fuga, em nome da paz pública. A sociedade usa a pena como ferramenta do exercício do poder e mantém-se contraditória em relação às políticas habitacionais, de saúde e educação, alimentando o trabalho informal pela crise do emprego. Assim, para o primeiro controle social, usa a pena e o cárcere. Como se falar na (re) inserção social do egresso?*

*Convenci-me de que nosso caminho, no terceiro milênio, será no sentido de aumentar o espectro das penas e das medidas formais alternativas à pena de prisão, ao lado de uma política social realística e eficiente de inclusão social, pois o mal da prisão é a própria prisão.*

*Álvaro Mayrink da Costa [“Pena Privativa de Liberdade (Passado, Presente e Futuro)” Revista da EMERJ, v. 11, n° 44, 2008, p.66-67]*

### **TEXTO 2**

*“O sistema penitenciário no Brasil é degradante. É tão perverso mandar alguém para esse sistema que os juízes com sensibilidade social maior procuram os caminhos mais variados em termos de interpretação jurídica para não ter de condenar alguém à prisão. Mandar alguém para o sistema penitenciário é quase como que perder essa pessoa para a vida civilizada. A pessoa não é só condenada a dois anos de prisão, mas à imundície, à violência sexual, às doenças. Se esse sistema não melhorar, vamos ter a atitude quase moral do juiz de só mandar para o sistema quem não tem nenhuma possibilidade de salvação. A pessoa condenada a uma pena privativa de liberdade deve cumprir uma pena privativa de liberdade e não uma pena de violências físicas.”*

*Luiz Roberto Barroso (entrevista concedida à Revista Consultor Jurídico, 22 de maio de 2009)*

1ª QUESTÃO (20 PONTOS)

O debate que se estabelece sobre a situação carcerária brasileira não é recente, todavia não parece apresentar uma perspectiva de mudança real. Assim,

**ELABORE UMA DISSERTAÇÃO ARGUMENTATIVA AVALIANDO O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E PROPONDO ALTERNATIVAS DE MUDANÇA. (EM TORNO DE 30 LINHAS)**

2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Por ter sido extraído de uma entrevista, o TEXTO 2 traz marcas evidentes de oralidade; de fato, trata-se da reprodução da fala de alguém. Nesse tipo de registro é natural encontrarmos repetições, que seriam na escrita desfeitas mediante o uso de adequados mecanismos de coesão.

ASSIM REESCREVA O TRECHO ABAIXO, ADEQUANDO-O AO REGISTRO ESCRITO E FORMAL, EMPREGANDO CONECTIVOS ADEQUADOS:

*“Mandar alguém para o sistema penitenciário é quase como que perder essa pessoa para a vida civilizada. A pessoa não é só condenada a dois anos de prisão, mas à imundície, à violência sexual, às doenças.”*

3ª QUESTÃO ( 10 PONTOS)

Observe o trecho abaixo:

**“Convenci-me de que** nosso caminho, no terceiro milênio, será no sentido de aumentar o espectro das penas e das medidas formais **alternativas à pena de prisão”**

Os trechos em negrito ressaltam, respectivamente, uma relação de regência verbal e outra, de regência nominal.

ESCREVA A ALTERNATIVA QUE CONTENHA A FRASE GRAMATICALMENTE CORRETA:

- a) Ele não se lembrava da atitude que ela fazia referência.
- b) Ele não lembrava a atitude a que ela fazia referência.
- c) Ele não se lembrava da atitude cuja ela fazia referência.
- d) Ele não se lembrava da atitude à que ela fazia referência.
- e) Ele não lembrava a atitude à que ela fazia referência.

BOA SORTE !